

A IMPUTABILIDADE DO PSICOPATA FRENTE AO ART. 26 DO CÓDIGO PENAL

Gabriel de Oliveira Pires¹

RESUMO: A psicopatia é um transtorno de personalidade objeto de constantes pesquisas em diversas áreas do conhecimento, com destaque para a Psiquiatria e a Psicologia. No Direito Penal, o psicopata representa um campo de debates sobre seu enquadramento como inimputável, semi-imputável ou imputável. Desse modo, este trabalho objetiva responder à questão se o psicopata é, ou não, sujeito imputável e, portanto, culpável, sustentando a tese pela imputabilidade do psicopata. A pesquisa foi realizada por meio do método dedutivo, com coleta de dados bibliográficos constituída por livros e artigos científicos relacionados ao tema da imputabilidade e psicopatia, bem como suas possibilidades de tratamento. O artigo divide-se em três partes, dedicadas à análise da inimputabilidade, semi-imputabilidade e imputabilidade do psicopata, respectivamente. Constatou-se que o psicopata é sujeito plenamente capaz de entender a ilicitude do fato criminoso, assim como de se determinar de acordo com esse entendimento, sendo sujeito imputável e culpável, confirmando a tese defendida.

Palavras-chave: Psicopatia; imputabilidade penal; transtorno de personalidade.

THE IMPUTABILITY OF THE PSYCHOPATH IN FRONT OF THE ART. 26 OF THE PENAL CODE

ABSTRACT: Psychopathy is a personality disorder object of constant research in various fields, especially in Psychiatry and Psychology. On Criminal Law, the psychopath represents a field of debates regarding your legal framework as unimputable, semi-imputable or imputable. In that sense, this paper aims to answer the question if a psychopath is or not an imputable,

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Estagiário de pós-graduação do Ministério Público de Minas Gerais. E-mail: gabriel2001pires@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9137-3658>.

therefore culpable, individual, sustaining the thesis on the psychopath's imputability. The research was made through the deductive method and bibliographic review, along with books and articles related to imputability and psychopathy, as well as its treatment possibilities. The article is divided in three sections, aimed to analyze, respectively, unimputability, semi-imputability and imputability of a psychopath. The results demonstrate a psychopath is completely capable of understanding the illicitness of the criminal fact and determinate your actions accordingly to this understanding, being an imputable and culpable individual, confirming the thesis sustained.

Keywords: Psychopathy; criminal imputability; personality disorder.

INTRODUÇÃO

O indivíduo portador do transtorno de personalidade psicopática, não obstante o avanço tecnológico e o desenvolvimento científico, continua sendo constante objeto de estudo e pesquisa por profissionais de diversas áreas do conhecimento, em especial à Psicologia e à Psiquiatria. Nesse sentido, na área do Direito Penal, o psicopata oferece complexidades quanto ao seu enquadramento como sujeito imputável, semi-imputável ou inimputável, inexistindo um consenso nesse aspecto, como será mostrado ao longo do trabalho, o que origina consequências diferentes ao sujeito – aplicação da pena, sua redução ou aplicação de medida de segurança.

Por esse motivo, o retorno a essa questão quanto ao psicopata ser ou não imputável revela-se necessário para que o conhecimento jurídico se mantenha em harmonia com os demais campos científicos que estudam a psicopatia. No presente trabalho, portanto, buscar-se-á responder se o psicopata é sujeito imputável, tendo como hipótese a resposta afirmativa, uma vez que a capacidade de entendimento e de autodeterminação do indivíduo psicopata não é afetada pelo seu transtorno de personalidade, conservando-se intacta, o que afasta a incidência do art. 26 do Código Penal.

Com isso em mente, será utilizado o método dedutivo, considerando a teoria biopsicológica da imputabilidade adotada pelo Código, de modo que, no primeiro capítulo, será analisado o instituto da inimputabilidade e suas hipóteses, verificando se o psicopata pode ser enquadrado em alguma destas. Na sequência, o segundo capítulo será destinado à semi-imputabilidade, pelo mesmo procedimento empregado quanto à inimputabilidade. Por fim, o

terceiro capítulo analisará se o psicopata é sujeito imputável, confrontando os argumentos que buscam defender a redução da culpabilidade do psicopata em razão de este não possuir responsabilidade ética/moral.

As informações foram coletadas por métodos da pesquisa bibliográfica, por meio de livros e artigos sobre o tema abordado. Em relação aos artigos, sua seleção foi feita com o uso das palavras-chave “psicopatia”, “tratamento”, “psicopata e direito penal”, “imputabilidade”, nas plataformas do Google Acadêmico e Periódicos CAPES, dando-se preferência a trabalhos posteriores a 2015. Quanto aos livros utilizados, os critérios de seleção foram a relevância dos autores e a disponibilidade em meio virtual, bem como em catálogo institucional da biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais. As informações coletadas foram confrontadas e debatidas por meio de revisão narrativa.

Ressalte-se que estatísticas quanto ao número de psicopatas na população carcerária não foram postas nesta pesquisa por não serem utilizados métodos adequados para o diagnóstico da psicopatia – tais como a escala Hare e acompanhamento por período de tempo considerável.²

Os resultados da pesquisa indicaram a confirmação da tese inicial, haja vista não ser a psicopatia uma doença mental, tampouco podendo ser enquadrada como perturbação da saúde mental, visto que não causa qualquer prejuízo ao seu portador, que mantém inalteradas as capacidades intelectiva e volitiva. Constatou-se que o transtorno de personalidade psicopática consiste em somente um traço de personalidade do sujeito, moldando seu modo de ser em conjunto com outros fatores internos – genéticos, psíquicos, etc. – e externos – ambiente de criação, interações sociais ao longo da vida, entre outros.

1. INIMPUTABILIDADE E PSICOPATIA: A “DOENÇA DA MENTE”

1.1. Sistemas de aferição da responsabilidade penal

A inimputabilidade consiste, de modo genérico, na incapacidade de um indivíduo ser responsabilizado pela prática de uma conduta criminosa, em razão de características pessoais de ordem biológica que afetem as capacidades de entendimento do caráter ilícito do fato e de

² Tais dados, ainda, encontram-se desatualizados, uma vez que os artigos mais recentes sobre o tema apenas repetem estatísticas antigas, sem qualquer revisão.

autodeterminação. A partir disso, para maior precisão conceitual, expõem-se os três sistemas ou critérios para aferição da responsabilidade penal apontados pela doutrina.

O primeiro sistema é o biológico ou psiquiátrico, de inspiração francesa, segundo o qual o sujeito é tido como irresponsável pelo simples fato de ser portador de anormalidade mental (Führer, 2000, p. 43). Logo, pela mera constatação, por laudo médico, da existência de doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, ou qualquer outra anormalidade, o sujeito é considerado inimputável, independentemente se, ao momento da ação ou omissão, tinha preservada sua capacidade de entendimento e autodeterminação (Duran, 2022, p. 128).

Tal sistema termina por estabelecer uma relação causal entre a enfermidade e a prática delitiva, o que é, por evidente, errôneo, haja vista o fato de o indivíduo não estar sob influência constante dos efeitos maléficos de sua condição³. Em adição a isso, o estabelecimento dessa relação conduz à concepção de que a conduta criminosa foi uma consequência necessária e inevitável da doença, em flagrante determinismo biológico. Logo, por ser o laudo médico elemento comprobatório suficiente da inimputabilidade, o juiz é colocado em absoluta dependência do perito (Noronha, 1997, p. 165 *apud* Abreu, 2021, p. 113-114).

Em contraposição, há o sistema psicológico, que não considera se o sujeito possui, ou não, alguma anomalia mental, restringindo o foco de análise para o momento da prática do crime, com o objetivo de verificar se o sujeito era capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar de acordo com esse entendimento. Dessa maneira, inimputável é o sujeito que não detém essas capacidades ao tempo do crime, sendo irrelevante a causa que as retirou (Duran, 2022, p. 128).

É notável que o sistema psicológico de aferição da responsabilidade criminal permite uma ampliação sem limites das hipóteses de inimputabilidade, o que gera insegurança jurídica pela imprecisão e possibilidade de extensão abusiva do instituto para situações diversas daquelas pretendidas pela lei (Duran, 2022, p. 128). Pela inadequação de se adotar somente o critério biológico ou o psicológico, o ordenamento brasileiro optou por um sistema híbrido: o biopsicológico. Conforme previsão do art. 26 do Código Penal:

³ Führer, nesse sentido, aponta para a existência de “intervalos lúcidos”, nos quais o enfermo demonstra plena capacidade intelectual e volitiva, isto é, não está sob os efeitos de sua doença (Führer, 2000, p. 97-103).

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (Brasil, 1940).

Destarte, em nosso sistema, são exigidos dois fatores para a configuração da inimputabilidade: o sujeito deve portar doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (critério biológico) e tal condição deve resultar na completa incapacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de se autodeterminar em conformidade com esse entendimento (critério psicológico). Ademais, deve ser preenchido o requisito temporal, o qual exige que a incapacidade causada pela enfermidade mental deve existir no momento em que a conduta criminosa é praticada.

Isto posto, cabe agora a análise das hipóteses de inimputabilidade através dos conceitos apresentados pela norma – doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado –, bem como do significado de “entender o caráter ilícito do fato” e de “determinar-se de acordo com esse entendimento”.

1.2. Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado

Não há consenso na doutrina sobre a interpretação adequada do termo “doença mental”, havendo autores que defendem que seja tomado de forma ampla, abrangendo todo e qualquer estado psíquico capaz de provocar alterações na saúde mental, de maneira a afetar a capacidade de entendimento do sujeito e a determinação de seus movimentos (Queiroz, 2015, p. 378; e Busato, 2018, p. 536). Os defensores desse posicionamento, contudo, limitam-se a afirmar que o conceito de doença mental utilizado pela Lei não corresponde exatamente ao conceito médico:

O conceito é tomado de forma ampla, incluindo estados que não são propriamente doenças mentais, como o desmaio e o delírio febril. É possível dizer, com Enrique Bacigalupo, que o conceito jurídico de doença mental não se sobrepõe exatamente ao conceito médico de enfermidade mental (Führer, 2000, p. 55-56).

Não foi encontrado, durante a pesquisa, nenhum argumento que justificasse a diferenciação entre um conceito jurídico e um medicinal no que se refere ao termo “doença mental”. Além disso, defender esse posicionamento seria conectar referido conceito intrinsecamente à total incapacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de

acordo com esse entendimento, uma vez que o define pela sua consequência, isto é, qualquer alteração mórbida da saúde mental (Savazzoni, 2019, p. 99), não sendo esta a interpretação adequada, tendo em vista o sistema biopsicológico adotado pelo Código.

Por essa razão, compartilhamos o entendimento de Michele de Abreu ao afirmar que doença mental é uma terminologia empregada pela Psiquiatria e de sua ordem, assim como “estender esse rol para alcançar outras patologias, seria criar situação não prevista em lei.” (Abreu, 2021, p. 129). Contudo, a mesma autora aponta que o rol de doenças mentais disponível na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), não contempla todos os casos de doenças mentais, pois os especialistas da área argumentam que a lista da OMS buscou somente indicar a necessidade e a direção a ser tomada para o diagnóstico de qualquer distúrbio (Abreu, 2021, p. 129). A doença mental, por meio dessa lógica, possui natureza biopsicossocial, sendo necessária equipe multidisciplinar para seu reconhecimento no caso concreto.

Usualmente, pelo vasto número de doenças mentais conhecidas, são citadas frequentemente pela doutrina como exemplos as psicoses, neuroses, epilepsias, esquizofrenias e oligofrenias (Galvão, 2020, p. 520). No entanto, o dado importante a ser destacado é que “doença mental” se trata de termo técnico advindo das Ciências Médicas e Psicológicas, o que justifica a necessidade de peritos para sua constatação caso a caso.

Além da doença mental, o Código Penal também prevê as hipóteses de desenvolvimento mental incompleto ou retardado que provoquem os mesmos efeitos da doença na psique do indivíduo, ou seja, a incapacidade de entendimento ou de autodeterminação. Por desenvolvimento mental incompleto, compreende-se aquele sujeito que, mesmo após completar dezoito anos de idade⁴, sua maturidade psíquica ainda não se encontra completamente desenvolvida ao ponto de torná-lo penalmente responsável. São exemplos enquadrados nessa hipótese pela doutrina o surdimutismo, a cegueira e os silvícolas não adaptados (Abreu, 2021, p. 135-136; e Galvão, 2020, p. 521)⁵.

A surdo-mudez e a cegueira, por serem condições que frequentemente excluem seus portadores do ambiente de relações sociais, podem ocasionar na incapacidade de entender a

⁴ Vale notar que, pelo fato do art. 27 do Código Penal estabelecer os menores de dezoito anos como absolutamente inimputáveis, a hipótese de desenvolvimento mental incompleto prevista no art. 26 não é voltada para eles.

⁵ Por oportuno, cumpre mencionar que Maximiliano Führer coloca a surdo-mudez junto aos casos de desenvolvimento mental retardado, por entender ser condição que atrasa – retarda – o desenvolvimento: (Führer, 2000, p. 70).

ilicitude de certas condutas, concedendo motivos para sua inclusão como possíveis causas de inimputabilidade⁶. Quanto aos silvícolas, não se pode mais admitir que diferenças culturais configurem caso de desenvolvimento mental incompleto, em postura discriminatória aos povos indígenas. Na situação em que um indígena pratique uma conduta por desconhecimento de que esta configura um tipo penal, não cabe afirmar que sua capacidade de entendimento ou autodeterminação restou prejudicada, pois estas encontram-se intactas, sendo o caso solucionado através do reconhecimento do erro de proibição e, por conseguinte, de isenção de pena (compartilha dessa compreensão Abreu, 2021, p. 137).

Dito isso, o desenvolvimento mental retardado refere-se às situações nas quais há parada ou insuficiência no desenvolvimento das faculdades intelectuais (oligofrenias) e se subdivide em três graus: leve, moderado e grave. O retardo mental leve (também chamado de debilidade mental) é caracterizado por dificuldades de adaptação a novas situações, quociente de inteligência um pouco abaixo da média, porém, seu portador ainda detém relativa independência, sendo possível construir sua vida sem necessidade de auxílio constante (Abreu, 2021, p. 137; Galvão, 2020, p. 522).

No grau moderado (imbecilidade), o indivíduo possui dificuldades de associar ideias e de aprender, compreender e empregar a linguagem (Abreu, 2021, p. 138; Galvão, 2020, p. 522). Sua idade mental é considerada como estagnada entre três e sete anos. Por fim, no grau grave (idiotia), a idade mental do indivíduo não passa dos três anos, vive em estado vegetativo ou semivegetativo, somente sendo capaz de emitir, em alguns casos, sons rudimentares, incapaz de se comunicar de maneira efetiva (Abreu, 2021, p. 138; Galvão, 2020, p. 521).

1.3. A capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento

Consoante exposto anteriormente, não basta a comprovação da causa de ordem biológica para a incidência da inimputabilidade. Isso ocorre porque é cumulativamente necessária a consequência psíquica de furtar ao sujeito a capacidade de entender o caráter ilícito do fato – elemento intelectual – e de se determinar conforme esse entendimento – elemento volitivo –, ao tempo da ação ou omissão.

⁶ É questionável, porém, se os casos práticos não seriam solucionados em sede de imputação subjetiva. São necessárias mais pesquisas nessa temática, a fim de se evitar discursos discriminatórios.

Assim, de início, observa-se que a norma faz referência à capacidade de entendimento, ou seja, não se trata do conhecimento, de fato, da conduta constituir um ilícito penal, mas sim do potencial (possibilidade) de conhecimento (Abreu, 2021, p. 140; Führer, 2000, p. 51). Ademais, esse conhecimento possível de ser adquirido pelo indivíduo com faculdades intelectuais plenas é aquele esperado do ser humano leigo, não o conhecimento técnico-científico. Em outros termos, é o conhecimento vulgar, popular, de que determinadas condutas são proibidas pela lei (Abreu, 2021, p. 140-141; Führer, 2000, p. 51), algo possível de ser adquirido a partir do convívio social.

Importante estabelecer, quanto a esse ponto, uma distinção: o mero desconhecimento da lei, por ignorância ou má-interpretação, é inescusável, conforme o art. 21 do Código Penal. A hipótese da inimputabilidade somente se verifica se a potencialidade do sujeito em obter o conhecimento da lei lhe é furtada por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

Nessa lógica, também é um instituto distinto do erro de proibição e das descriminantes putativas. Em explicação breve, no erro de proibição o indivíduo acredita que a conduta que pratica é lícita, isto é, permitida pelo Direito, quando, na verdade, é ilícita. No caso das descriminantes putativas, acredita que sua conduta está amparada por uma excludente de ilicitude, por interpretar sua configuração na situação concreta (Savazzoni, 2019, p. 103-104).

Por sua vez, a capacidade de se determinar de acordo com o entendimento do caráter ilícito do fato significa ser capaz de direcionar suas ações e omissões para outra alternativa de conduta que não configure crime. Indica a possibilidade de o sujeito conseguir escolher entre duas ou mais opções de ação ou omissão de forma livre e consciente (Abreu, 2021, p. 142), estando presente a exigibilidade de conduta diversa da prática delituosa. Portanto, para o inimputável portador de doença mental ou déficit no desenvolvimento mental, a norma penal defende a posição de que sua resistência à prática do crime, com a adequação da conduta com a ordem jurídica, demanda esforço demasiado, não havendo razão em exigir que realize o impossível, o que justifica sua exculpação:

A inimputabilidade estabelece critério de exculpação em reconhecimento à impossibilidade de exigir-se do psiquicamente incapaz um comportamento compatível com a ordem jurídica. A adequação da finalidade da conduta criminosa implica, para o inimputável, esforço demasiado, e, como a ordem jurídica não pode exigir do indivíduo que realize o impossível, inviabiliza-se o juízo de reprovação. (Galvão, 2020, p. 516).

Pela lógica, se o sujeito não é capaz de entender o caráter ilícito do fato, tampouco será capaz de se orientar dentro dos parâmetros definidos pela lei. O contrário, no entanto, não é verdadeiro: é possível que, mesmo sendo capaz de entender a ilicitude do fato, o indivíduo não consiga controlar suas ações em cumprimento da norma penal.

1.4. Psicopatia: doença mental? – sobre sua não inimputabilidade

O termo “psicopatia” historicamente foi utilizado, a princípio, para se referir a todo e qualquer transtorno psicológico ou doença mental (Abreu, 2021, p. 12-13). Tal fato explica a etimologia da palavra, formada pela junção de *psyche* (mente) e *pathos* (doença), com o sentido literal de “doença da mente”. Entretanto, o termo, modernamente, adquiriu conceito mais específico, vinculado a um transtorno de personalidade caracterizado pela ausência de empatia e sentimentos de remorso ou culpa, bem como marcado por comportamentos socialmente inadequados/reprováveis, no sentido de violarem normas sociais e/ou legais (antissocial).

Em suma, a Medicina identifica como psicopata o portador de um transtorno de personalidade, não uma doença (Galvão, 2020, p. 523)⁷. Isso decorre da constatação de que a psicopatia não é condição que cause ao seu portador alucinações ou delírios, tampouco manifestações neuróticas ou desorientações em relação a tempo e espaço (Duran, 2022, p. 27-28). Desse modo, não é fator que gere, por si só, problemas na vida do sujeito psicopata, nem problemas para o entendimento das normas sociais ou legais, muito menos dificuldades de autodeterminação com base em tal entendimento. Nas palavras do psiquiatra especialista no estudo de psicopatas, Robert D. Hare:

Os psicopatas não são pessoas desorientadas ou que perderam o contato com a realidade; não apresentam ilusões, alucinações ou a angústia subjetiva intensa que caracterizam a maioria dos transtornos mentais. (Hare, 2013, p. 38 *apud* Abreu, 2021, p. 186).

De início, cabe realizar uma breve distinção terminológica entre psicopatia e sociopatia, para que se evite seu uso como conceitos sinônimos e que gere confusões na produção do conhecimento científico. Assim, na literatura psiquiátrica, pode-se encontrar a

⁷ Digna de nota a posição de pesquisadores – como o psiquiatra argentino Hugo Marietan – de que a psicopatia não seria uma manifestação de transtorno mental, mas uma forma de ser, um tipo de personalidade. Para mais detalhes, conferir: Abreu, 2021, p. 187.

distinção entre psicopatas primários (ou psicopatas propriamente ditos) e secundários (sociopatas) (Gonzalez-Tapia; Obsuth; Heeds, 2017, p. 46-60).

Nessa lógica, tem-se que o primeiro demonstra maior estabilidade emocional e volta seus interesses para a violência instrumental, isto é, utiliza da violência para alcançar determinados objetivos egocentrados. Tal condição é derivada de fatores biológicos presentes desde o nascimento⁸, influenciados por fatores socioambientais, visto que a mera presença de genes não é determinante para que o indivíduo seja violento ou perigoso (Morana *et al.*, 2006; em concordância: Abreu, 2021, p. 73-76; Duran, 2022, p. 57-59). Com isso, cumpre explicitar que essa condição também não deve ser tomada como sinônima de transtorno de personalidade antissocial (TPA), visto que, embora seus portadores tendam a apresentar comportamentos socialmente inadequados, a causa disto é específica: o déficit emocional, caracterizado pela falta de empatia e remorso; enquanto no TPA as causas variam (Blair, 2013, p. 181-190), inexistindo perfeito encaixe entre os conceitos.

Por sua vez, os secundários, chamados comumente de sociopatas, são caracterizados por uma maior impulsividade, com menor autocontrole e elevada ansiedade, voltando seus impulsos para a prática de violência reativa, ou seja, em resposta a um estímulo externo. Diferente dos psicopatas, os sociopatas adquirem seu transtorno psiquiátrico devido a traumas sofridos ao longo da vida. Por essa razão, a sociopatia possui tratamento psiquiátrico e psicológico, ao passo em que a psicopatia ainda carece de pesquisas nesse sentido.

O objeto desta pesquisa se refere ao psicopata primário – ou propriamente dito. Embora existam estudos positivos sobre a possibilidade de tratamento, apesar do pessimismo que ainda assola a Psiquiatria e a Psicologia, não existem bases científicas sólidas que permitam afirmar sua tratabilidade ou intratabilidade⁹. Pesquisas nesse sentido, inclusive, ainda não possuem uma padronização metodológica e utilizam ferramentas limitadoras que prejudicam a validação científica. Contudo, há indícios de haver, de fato, dificuldades no tratamento de

⁸ Embora a amígdala (estrutura cerebral ligada às emoções, empatia e aprendizado através de sistema de punição/recompensa) seja debilitada estrutural e funcionalmente em psicopatas, sendo em torno de 20% menor que o padrão, não há uma marca certa e absoluta indicativa do transtorno. Isso porque demais anomalias cerebrais verificadas em psicopatas não são encontradas em todos e, além disso, estão também relacionadas a outros problemas mentais. Nesse sentido, conferir: Gonzalez-Tapia, Obsuth, Heeds, 2017, p. 9.

⁹ Em relação ao tema de tratamento à psicopatia, verificou-se haver indícios de que alguns métodos terapêuticos apresentam resultados positivos no tratamento de psicopatas, principalmente quando tratados desde a infância, embora sejam, conforme dito, pesquisas iniciais e escassas. Para aprofundamento: Larsen, 2019, p. 15-20. Além disso: Hechtet. *al.*, 2021, p. 275-276.

psicopatas – mas não impossibilidade – e uma relação entre casos mais severos com a reincidência criminal (Pereira; Souza, 2020, p. 12-20).

Não obstante a constatação dessa relação entre reincidência criminal e psicopatia, que é apontada frequentemente pela doutrina (Penteado Filho; Gimenes, 2022, p. 176), não se pode, com isso, concluir pela existência de um nexos causal entre psicopatia e criminalidade. Na verdade, verifica-se que há alguns psicopatas que não cometem atos criminosos ou imorais, chamados pela doutrina de “socialmente ajustados”, que possuem vidas consideradas normais, com emprego e família.

É o caso, por exemplo, do neurocientista americano e professor emérito da Universidade da Califórnia, *Irvine School of Medicine*, James Fallon, que, durante pesquisa sobre assassinos em série, encontrou um padrão em varreduras cerebrais que o ajudaram a explicar os comportamentos frios e violentos. Porém, para sua surpresa, o pesquisador identificou o mesmo padrão em sua própria varredura cerebral e descobriu, aos 58 anos de idade, ser um psicopata “pró-social” – dado não possuir certas características antissociais –, o que considerou como consequência de sua criação amorosa e alegre (Duran, 2022, p. 57-58). Fallon reconheceu, entretanto, aspectos típicos da psicopatia em sua vida, como a frieza calculista, falta de empatia para analisar os sentimentos alheios, bem como afirmou que possui o conhecimento de que algo em determinada ação está errado – como abandonar o funeral de um parente para ir a uma festa no mesmo dia –, mas não se importa com isso.

Casos como esse demonstram que não há um vínculo certo e absoluto entre a psicopatia e a prática de condutas criminosas. Logo, a psicopatia não torna seu portador inimputável, pela ausência do fator biológico (doença mental), por se tratar de transtorno de personalidade, e psicológico (fatores intelectual e volitivo), pois possui plena capacidade de entendimento do caráter ilícito de sua conduta e de se determinar segundo tal entendimento, sendo-lhe exigível agir de maneira diversa à conduta delitiva. Em adendo, deve-se destacar o fato de o psicopata ser totalmente capaz de planejar sua ação, com vistas a atingir seu objetivo, selecionando os meios de execução e conhecendo suas possíveis consequências (Savazzoni, 2019, p. 114), mas sem se importar com elas, devido à necessidade constante de satisfação dos desejos egocêntricos característica do transtorno.

Ademais, ainda que o psicopata fosse tido como inimputável, sendo-lhe aplicada medida de segurança, nos moldes do art. 97 do Código Penal, tal proceder revelar-se-ia

inconstitucional, pois não há tratamento comprovadamente eficaz para o transtorno, conforme exposto. Assim, a medida se estenderia indefinidamente, pois a periculosidade do indivíduo não encontraria forma de ser “curada” ou controlada. Na prática, haveria uma sanção de caráter perpétuo, que é vedada expressamente pela Constituição Federal, no art. 5º, XLVII, alínea b.

Em consonância, cita-se a seguinte decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. LATROCÍNIO. MEDIDA DE SEGURANÇA. CONDENADO PORTADOR DE TRANSTORNO ANTISOCIAL DE PERSONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE TRATAMENTO PARA O TRANSTORNO DE PERSONALIDADE. MEDIDA DE SEGURANÇA APLICADA EM RAZÃO DE VÍCIO EM DROGAS E ÁLCOOL. REEDUCANDO PRESO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS AGUARDANDO VAGA EM HOSPITAL DE CUSTÓDIA. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE TRATAMENTO AMBULATORIAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - **Não é possível a manutenção de medida de segurança com base em transtorno de personalidade incurável se ele não constitui doença que torna o reeducando inimputável ou semi-imputável, pois a situação constituiria, na prática, em imposição de pena de caráter perpétuo, vedada pelo artigo 5º, XLVII, b, da Constituição da República.** - Tratando-se de condenado viciado em drogas e álcool, razão pela qual lhe foi aplicada medida de segurança de internação, e encontrando-se em abstinência há mais de três anos, tempo em que permaneceu preso, mostra-se adequada sua colocação em tratamento ambulatorial, para que seja avaliado se continuará afastado do vício após o retorno à sociedade (Minas Gerais, Agravo de Execução Penal 1.0145.13.002236-4/001, 2017, grifo nosso).

Isto posto, não há fundamento para a defesa da inimputabilidade do indivíduo psicopata. Nesse compasso, cumpre analisar se a psicopatia torna seu portador semi-imputável, com conseqüente diminuição de pena.

2. SEMI-IMPUTABILIDADE E SUA APLICABILIDADE AO PSICOPATA: A INCERTEZA ENTRE A LOUCURA E A SANIDADE

2.1. Perturbação da saúde mental vs. doença mental

Nos casos em que o fator biológico não afeta completamente a capacidade de entendimento e/ou autodeterminação do indivíduo, porém a abale parcialmente, o Código Penal prevê causa de redução de pena, conforme o parágrafo único do art. 26. Assim, o sujeito semi-imputável:

Art. 26. Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental

incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (Brasil, 1940).

Cumprir mencionar que, na hipótese de o juiz entender que o condenado necessite de tratamento especial, poderá substituir a pena por medida de segurança, nos termos do art. 98 do mesmo diploma legal. Percebe-se que, ao tratar da semi-imputabilidade, a redação do dispositivo não menciona doença mental, mas perturbação de saúde mental. Quanto a isso, há debate na doutrina sobre a interpretação adequada do termo, com autores defendendo ser expressão sinônima de doença mental, enquanto outros a compreendem como expressão mais abrangente, de modo a englobar tanto as doenças mentais quanto outras hipóteses que não se enquadrem na categoria de doença mental/loucura.

Os defensores da primeira posição argumentam que o termo “doença mental” deve ser adotado em sentido amplo¹⁰, sendo o uso de palavras diferentes pelo legislador justificado pelo fato de existirem neuroses, psicoses e dependências não graves que apenas conseguem turbar parcialmente a consciência da ilicitude da conduta (Führer, 2000, p. 60-61)¹¹. Além disso, formulam crítica à existência do instituto da semi-imputabilidade, pois consideram ser apenas uma solução para os casos de incerteza do juízo entre a inimputabilidade e a imputabilidade, bem como afirmam que seria inerentemente ilógico, por inexistir uma “semi-loucura” ou “meia-liberdade” – o indivíduo ou é completamente livre, ou não o é (Busato, 2018, p. 538).

Por outro lado, os defensores da segunda posição argumentam que toda doença mental é uma perturbação da saúde mental, mas o oposto não é verdadeiro, existindo transtornos e condições psíquicas que, embora não possam ser tidas como doenças, segundo o saber medicinal e psicológico, são capazes de reduzir a capacidade de entendimento e/ou autodeterminação do sujeito, porém não de forma absoluta (Hungria; Fragoso, 1989, p. 273 *apud* Abreu, 2021, p. 146; Galvão, 2020, p. 522). É pelo fato de existirem tais situações fronteiriças que a norma se utiliza da expressão “perturbação de saúde mental”, a qual é gênero em que se encontra a espécie “doença mental”. Com isso, alinhamo-nos a esta posição, haja

¹⁰ Conforme abordado na primeira seção deste trabalho, não foi encontrada nenhuma justificativa para que haja uma distinção entre o conceito legal de doença mental e o conceito médico. Desde logo, nota-se a falta de bases sólidas para tal posicionamento por parte da doutrina.

¹¹ O autor ressalta que tal justificativa nem sempre é válida, pois os efeitos de determinada anomalia dependem de sua gravidade e das circunstâncias e predisposições do indivíduo, não havendo previsão segura considerando somente uma classificação estática em doença ou perturbação da saúde mental.

vista o exposto no capítulo anterior deste trabalho, quanto à ausência de argumentos sólidos para se considerar o conceito de doença mental em sentido amplo.

Em resposta à crítica à existência do instituto da semi-imputabilidade, deve-se esclarecer que não se trata de defender uma “meia-loucura”, mas reconhecer a complexidade da condição humana, que não pode ser limitada a extremos de *ser* e *não ser*, sendo evidente a presença de situações intermediárias, fronteiriças, as quais não implicam, necessariamente, em absoluta incapacidade do indivíduo. Essa constatação, reconhecida pela norma, demanda do julgador a análise detida de cada caso, com o fim de se determinar se está diante de um inimputável, semi-imputável ou imputável. Assim, nota-se que o instituto da semi-imputabilidade foi criado exatamente para que fosse possível a interpretação adequada do caso concreto pelo juízo, não sendo correta sua contemplação como possuidor de uma ilogicidade inerente.

2.2. O psicopata como semi-imputável

No que concerne ao psicopata, embora sua condição não lhe cause delírios ou alucinações, de modo a não comprometer suas capacidades intelectivas e volitivas, sendo este fato suficiente para afastar seu enquadramento como semi-imputável, há ainda autores que defendem o contrário (Dotti, 2018, p. 643; Queiroz, 2015, p. 378-379). Esses autores fundamentam o psicopata como semi-imputável somente com o argumento de ser sujeito portador de transtorno de personalidade, sem se atentar ao fato de que esta condição psíquica não subtrai do portador sua capacidade de entender o caráter ilícito da conduta, tampouco a de se autodeterminar de acordo com esse entendimento. Por essa razão, tal posição se demonstra equivocada e em desacordo com o conhecimento científico sobre o tema¹².

Nota-se, ainda, fenômeno extremamente curioso na jurisprudência, influenciado por essa parte da doutrina, consistente em uma contradição entre as decisões proferidas quando da dosimetria da pena e, após, na fase de execução de pena (Santos; Brito, 2020, p. 11-14 e 16-17). Enquanto, no primeiro caso, aplica-se uma benesse ao indivíduo psicopata, entendendo-o

¹² Nota-se, inclusive na jurisprudência, certa confusão quanto à definição de psicopatia, a qual é tomada erroneamente como sinônimo de transtorno de personalidade antissocial. Tal cenário conduz pesquisadores a concluírem em seus estudos que o ordenamento brasileiro não teria um enquadramento adequado ao psicopata no que tange à imputabilidade, ou seja, consideram que o psicopata não se encaixaria em nenhum dos institutos: inimputabilidade, semi-imputabilidade ou imputabilidade. Nesse sentido, conferir: Bonvicini, *et al.*, 2021, p. 28–47.

como semi-imputável e, portanto, com culpabilidade reduzida; durante a execução nega-se a concessão de progressão de regime, livramento condicional e outras benesses, sob o argumento de possuir transtorno de personalidade incurável e caracterizado por alto nível de periculosidade. Ocorre, dessa maneira, a avaliação do requisito subjetivo para concessão em abstrato, com base somente na existência de transtorno, sem análise de outros aspectos subjetivos do indivíduo. Observe-se decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o tema:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. REQUISITO SUBJETIVO. NÃO PREENCHIMENTO. LAUDO PSICOSSOCIAL DESFAVORÁVEL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. [...]

2. O julgador forma sua convicção pela livre apreciação da prova, de modo que, uma vez realizado o exame criminológico, não é possível suprimir dele a consideração de relatórios profissionais desfavoráveis ao deferimento de benefícios da execução penal.

3. A decisão da instância primeira, confirmada pela Corte de origem, não padece de ilegalidade, uma vez **o Juiz justificou o não preenchimento do requisito subjetivo do art. 112 da LEP com lastro em laudo psicossocial desfavorável**, que não recomendou a progressão prisional ao apenado.

4. Com efeito, na espécie, o laudo pericial concluiu que o reeducando é acometido pelo Transtorno de Personalidade Antissocial (CID 10 F60.2), sendo que **pode praticar condutas hediondas à luz da sociedade** e não se importar ou se incomodar com o seu comportamento, que usualmente são atitudes reativas aos que lhe são impingidos, até porque indivíduos com esse traço psicológico possuem um mecanismo racional bastante atípico.

5. O debate sobre o conteúdo do laudo e sobre o acerto da avaliação demanda revolvimento de prova, o que é incompatível com o habeas corpus.

6. Agravo regimental não provido (Brasil, AgRg no HC n. 525.070/MS, 2019, grifo nosso).

De fato, a psicopatia possui relação com altos índices de reincidência, em especial em crime violentos, porém, essa relação não é absoluta, caso contrário, resultar-se-ia na defesa de um determinismo biológico, que elenca os psicopatas encarcerados como criminosos natos. Esta posição é comprovadamente equivocada, haja vista que o fenômeno do crime detém natureza complexa e multifatorial¹³. Logo, é preciso cautela quando da análise de caso envolvendo indivíduo portador de transtorno de personalidade psicopática, pois, embora sejam sujeitos que usualmente apresentam elevada periculosidade e possibilidade de reincidência, é

¹³ É interessante destacar que, segundo pesquisa do criminólogo Jill Peay, os transtornos mentais correspondem a somente uma pequena proporção da violência, havendo outras causas que atuam em conjunto, impossibilitando que haja uma solução única para a violência. Assim, a busca por explicações psiquiátricas para o comportamento criminoso termina por ofuscar a análise de outros fatores de natureza não biológica. Para detalhes: Peay, 2007, p. 512-514.

também necessário considerar outros argumentos concretos para que o juiz profira sua decisão de forma sensata. Por exemplo, deve-se considerar a postura do condenado diante do delito praticado, seu comportamento carcerário, em especial a relação com outros detentos e agentes penitenciários, entre outros fatores, a fim de que a possibilidade de reincidência não seja fundada em bases meramente biológicas e seja dada robustez real à chance de cometimento de novos atos delituosos. Nesse quesito, cita-se a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em sede de Agravo de Execução:

RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL INTERPOSTO PELO APENADO CONTRA DECISÃO JUDICIAL QUE INDEFERIU O PLEITO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, AO FUNDAMENTO DE QUE O MESMO NÃO ATENDE AOS REQUISITOS SUBJETIVOS INSERTOS NO ARTIGO 83, INC. III E PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO PENAL. [...] **O PENITENTE POSSUI PATOLOGIA CONSUBSTANCIADA EM TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL. ADEMAIS, CONCLUI-SE QUE, O MESMO NÃO DEMONSTRA ARREPENDIMENTO PELO QUE FEZ, NÃO TENDO APOIO FAMILIAR, E TAMPOUCO PROVA TER CONDIÇÕES EM PROVER A PRÓPRIA SUBSISTÊNCIA, BEM COMO LOCAL ONDE RESIDIRIA, CASO O BENEFÍCIO FOSSE CONCEDIDO. AGRAVANTE QUE, APESAR DO IMPLEMENTO DO REQUISITO TEMPORAL, NÃO ATENDE AO DISPOSTO NO INCISO III E PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 83 DO CÓDIGO PENAL. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO.** Trata-se de recurso de agravo em execução, [...] contra a decisão proferida pelo Juiz da Vara de Execuções Penais, o qual indeferiu o benefício do livramento condicional ao penitente, ao fundamento de que o mesmo, embora preencha o requisito temporal, **não demonstrou possuir juízo crítico acerca do "grave crime sexual que cometeu contra a própria filha, visto que tentou minimizar o que fez, não demonstrou arrependimento", e não percebe as causas determinantes do delito.** Sustenta o agravante, em suas razões, que da análise dos requisitos subjetivos para a concessão do benefício, **o magistrado não está adstrito ao resultado do exame criminológico**, cuja realização poderá ser dispensada, **podendo e devendo, "se arvorar em outras documentações que comprovem que o apenado se encontra apto para usufruir do benefício" por possuir autodisciplina e senso de responsabilidade.** [...]. Por certo, do exame do conjunto de todo o histórico do apenado, ora agravante, verifica-se que de acordo com os pareceres médicos, o mesmo além de **não ter demonstrado arrependimento do grave delito que cometeu, não encontra respostas, não justifica, assim como não possui apoio familiar, pois os parentes da "esposa e dele não aceitam o que fez", além da ausência de instrução nos autos de que o mesmo possui residência para morar, caso seja concedido o benefício.** Com efeito, o primeiro parecer psiquiátrico a que o ora penitente foi submetido, foi conclusivo no sentido de que "com muito custo, o mesmo tenta se explicar e relata que sua esposa não o queria mais, estava desesperado e um dia viu sua filha sair do banho e estava sem roupas e logo sentiu desejo (...) todo o relato do interno tem (...) algo (...) para se defender. Não mostra arrependimento (...) entra em contradições. O único medo que tem é de morrer ao sair pois familiares da esposa e dele não aceitam o que fez (...) Paciente lúcido, orientado, normovigil, articulado **e tentou manipular todo o exame e minimizar o que fez.** Existe patologia que impeça o benefício. F60. Transtorno de personalidade, antissocial." (fls. 04/09 de índice 02) Em seguida, o agravante, André, realizou o segundo exame, o qual atestou a existência

de transtorno de personalidade, in litteris: "(...) o mesmo mostra-se totalmente sem emoção ao relatar o fato, demonstra no diálogo querer se redimir, mas totalmente sem culpa sem querer bem a filha, parece querer apenas se livrar da acusação. Não mostra de verdade arrependimento e não pensa como sua filha está. Mostrando um desvio de personalidade (totalmente sem empatia com seus familiares)." (F-60): (fls. 15/21 de índice 02). [...] (Rio de Janeiro, Agravado de Execução Penal 5006537-08.2022.8.19.0500, 2022, grifo nosso).

No julgamento acima mencionado, a Corte destaca o fato de o juiz não estar vinculado ao parecer de exame criminológico e deve analisar outros aspectos do sujeito condenado para avaliar se deve ser-lhe concedido o benefício do livramento condicional. Com isso, são mencionados no acórdão elementos como o não reconhecimento da gravidade do delito praticado, a ausência de residência para morar no caso de concessão do livramento, as tentativas de manipulação do exame e de minimizar o dano gerado pelo delito cometido, os quais atuam em conjunto com o laudo de transtorno de personalidade, de modo a não ser este o único fundamento da decisão judicial.

Dito isso, outro ponto a ser criticado é o enquadramento da psicopatia como perturbação da saúde mental. De acordo com o exposto no tópico anterior, “perturbação da saúde mental” é expressão ampla, que engloba as doenças mentais e demais condições biopsíquicas que afetem as capacidades intelectivas e volitivas, ao menos parcialmente. Com o foco de se obter maior precisão conceitual, recorreu-se à definição de “saúde” oferecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por ser um ente de importância global. Segundo a OMS, “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade” (Constitution of The World Health Organization, 1946)¹⁴.

Considerando que a psicopatia não é condição que gere, sozinha, ao seu portador nenhum malefício ou sofrimento, havendo psicopatas que vivem em sociedade sem serem notados ou sequer terem conhecimento de sua condição, não é possível classificar o transtorno como “perturbação da saúde mental”. Portanto, os psicopatas não são sujeitos perturbados de forma biopsicológica, além de sua condição não afetar sua racionalidade e autodeterminação, o que conduz à conclusão de não haver qualquer fundamento válido para seu reconhecimento como semi-imputável. Dessa feita, resta apenas o enquadramento do psicopata como imputável,

¹⁴ No original: “Health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity.”

embora ainda haja argumentos contrários que demandam análise mais profunda, a ser realizada em tópico posterior.

2.3. A psicopatia em comorbidade com doenças ou perturbações da saúde mental

Assim como toda pessoa humana, o psicopata pode ser acometido por outras condições biopsíquicas que lhe retirem a capacidade de entendimento e/ou de autodeterminação, como esquizofrenia, psicoses, vício em entorpecentes, embriaguez patológica, entre outros. Nessa hipótese em que a psicopatia se manifesta em caráter de comorbidade com outro transtorno mental, é possível que em razão deste, venha a praticar delitos.

Logo, se a conduta ilícita for produto de outra condição psiquiátrica que não a psicopatia, com a constatação de nexos causal entre ambas, pode ser caracterizada a inimputabilidade ou semi-imputabilidade, a depender de se a capacidade intelectual e/ou volitiva do sujeito se encontrava total ou parcialmente prejudicada ao tempo do crime. Isso se justifica porque não se estaria aplicando medida de segurança ou causa de redução de pena ao psicopata devido ao transtorno de personalidade psicopática, mas por doença ou perturbação mental que se apresente concomitantemente àquele (nesse mesmo sentido, Abreu, 2021, p. 190). Destarte, uma vez tratada ou cessada a doença ou perturbação, não há de se argumentar sobre inimputabilidade ou semi-imputabilidade, uma vez que tais institutos não se aplicam à psicopatia.

3. IMPUTABILIDADE E PSICOPATAS: SUJEITOS CULPÁVEIS

A definição de sujeito imputável é obtida a partir de interpretação negativa do conceito de inimputável previsto no art. 26 do Código Penal. Assim, imputável é o indivíduo mentalmente sã que detém a plenitude de suas capacidades intelectual e volitiva no momento do crime, de modo a ser capaz de entender o caráter ilícito do fato e de se determinar de acordo com esse entendimento, o que permite lhe atribuir a prática da conduta ilícita para que se possa responsabilizá-lo penalmente por ela.

Por ser o primeiro juízo realizado no âmbito da culpabilidade, alguns autores elencam a imputabilidade como pressuposto desta, não como seu elemento. Tal posição é equivocada, pois o juízo de culpabilidade é precisamente o momento em que é analisado se o indivíduo pode

ser responsabilizado por sua conduta e, como exposto, o juízo de imputabilidade avalia essa possibilidade com fundamento na presença de doença ou perturbação da saúde mental que interfira na capacidade de entendimento e de autodeterminação do sujeito quando do cometimento do fato criminoso (Galvão, 2020, p. 513-514), revelando-se, portanto, como elemento da culpabilidade.

3.1. Psicopatia: responsabilidade moral vs. responsabilidade legal

Com tal base assentada, considerando que o psicopata não se adequa aos institutos da inimputabilidade e semi-imputabilidade, resta, assim, sua caracterização como imputável. Contudo, há estudiosos que questionam tal posição ao defenderem que, por possuir uma inteligência emocional – empática – deficitária, o psicopata não deve ser moralmente responsável pelos seus atos. Essa ausência de responsabilidade moral, segundo argumentam, deve repercutir também na responsabilidade criminal, a qual, se não nula, deve ser reduzida em relação ao psicopata (Glenn; Raine; Laufer, 2011, p. 3).

As evidências apontadas pelos defensores desse argumento, a fim de fortalecer seu posicionamento, consistem numa suposta incapacidade dos portadores de psicopatia para diferenciar normas morais, sociais e legais (Muñoz-negro; Barbero; Smith, *et al.*, 2018, p. 5), o que impediria sua capacidade de entendimento das normas penais, não lhes sendo exigível agir em conformidade com estas. Além disso, também devido ao déficit emocional, o psicopata não seria capaz de compreender o conteúdo ético-moral das normas, isto é, não seria capaz de realizar juízo de valor quanto à conduta definida como ilícita (Glenn; Raine; Laufer, 2011, p. 3), o que representa outra consequência de sua incapacidade de distinguir as normas legais das morais e sociais.

Em reforço a isso, há juristas que entendem que o juízo de imputabilidade deveria avaliar, além da capacidade racional do indivíduo, também sua capacidade emocional. Nesse sentido, estabelecem uma distinção entre os conceitos de “entender” e “compreender”, com o primeiro sendo relacionado somente à apreensão racional de determinado tema, enquanto o segundo é relacionado à apreensão do valor emocional/moral (Guedes, 2021, p. 21). Segundo essa linha de pensamento, o juízo de imputabilidade deveria considerar a capacidade de compreensão – não de entendimento – do indivíduo, sob a justificativa de que os seres humanos tomam suas decisões após submetê-las a um juízo de sentido e valor. Logo, quaisquer alterações

biopsíquicas que influenciam a capacidade valorativa do ser, a qual está conectada às redes neurais responsáveis pela tomada de decisões, causam limitações na liberdade de vontade e capacidade de compreensão do caráter ilícito do fato (Guedes, 2021, p. 86-91), reduzindo a exigibilidade de conduta diversa.

Dessa feita, ao analisar a imputabilidade do psicopata sob essa lente o resultado aponta para sua inimputabilidade ou, no mínimo, para sua semi-imputabilidade, pois não poderia ser responsabilizado criminalmente por seus atos imorais, visto que apenas os pratica devido a problemas estruturais e funcionais no cérebro, presentes desde o nascimento. Não obstante a lógica argumentativa, essa linha de pensamento erra em seus fundamentos.

O primeiro ponto ruidoso dos alicerces dessa cadeia argumentativa é o fato de que, segundo pesquisas realizadas com grupos de psicopatas e pessoas sem qualquer transtorno mental, nas quais foram postas situações sociais para que os participantes analisassem se a conduta apresentada violava normas sociais ou morais, constatou-se que os psicopatas conseguem compreender os conceitos de bem e mal, bem como distinguir transgressões morais e sociais, além de compreenderem as consequências de suas escolhas (Muñoz-negro; Barbero; Smith, *et al.*, 2018, p. 5-6; assim como: Godman; Jefferson, 2017, p. 5-8)¹⁵. Com isso, a imoralidade e a falta de empatia dos psicopatas não devem ser entendidas como inabilidade cognitiva de compreensão da realidade. Em outros termos, embora não sejam capazes de exercer a introspecção do valor das normas, não se deve concluir a partir disso que os psicopatas desconheçam sua existência ou lhes seja impossível diferenciá-las.

Ademais, o cometimento de um ato imoral não se traduz no cometimento de um crime, apesar de muitas vezes crime e imoralidade confundirem-se. A responsabilidade penal decorrente da imputabilidade surge de definição em lei, a qual estabelece critérios para aferir se o sujeito detém idoneidade para ser destinatário de normas (Roxin, 2008, p. 133-163). Por sua vez, a responsabilidade moral independe de leis, mas de normas morais adotadas pelo indivíduo, autonomamente. Pelo fato de não ser objeto deste estudo distinguir, em profundidade, normas legais e morais, basta que se deixe claro não haver dependência ou

¹⁵ Tal experimento consistiu em questionar aos psicopatas, num primeiro momento, qual a norma que eles, pessoalmente, enxergavam como violada – os resultados, inicialmente, demonstraram ausência da capacidade de distinção entre normas sociais e morais pelos sujeitos de teste. Porém, num segundo momento, os psicopatas foram solicitados para responderem aos casos como uma pessoa “normal” faria: os resultados, para surpresa de todos, não foram diferentes daqueles obtidos dos participantes sem qualquer transtorno de personalidade, comprovando a integridade da capacidade intelectual dos psicopatas.

subordinação entre responsabilidade legal e responsabilidade moral, de modo que se uma resulta ausente em relação a um indivíduo, a outra pode permanecer.

O segundo ponto, relativo à expansão do juízo de imputabilidade para alcançar a capacidade emocional do sujeito, não prospera, pois a mera discordância de um sujeito quanto ao valor da norma penal, ocasionada por perturbação ou doença mental, não é – tampouco deve ser – causa de incapacidade de agir segundo o comando legal (Muñoz-negro; Barbero; Smith, *et al.*, 2018, p. 6). Tal afirmação se justifica pelo fato de que o valor moral por trás de uma norma, ao ser absorvido intimamente pelo indivíduo, constitui para este uma espécie de “filtro ético”, por meio do qual o sujeito avalia as soluções disponíveis frente a uma dada situação e elimina aquelas que considera erradas ou que possam lhe trazer consequências graves, em um cálculo utilitarista. Nessa lógica, indivíduos que possuam déficit emocional, como no caso dos psicopatas, por não portarem esse “filtro ético”, consideram uma gama maior de soluções em busca de atingirem seus objetivos pessoais e, também através de um cálculo utilitarista, realizam sua escolha conscientes dos seus possíveis desdobramentos.

Observe-se que a opção por agir em conformidade com a norma e não praticar a conduta ilícita mantém-se, sendo por esse motivo que a norma penal exige do sujeito somente a capacidade de entender racionalmente o caráter ilícito do fato e de se determinar de acordo com esse entendimento, a fim de realizar o juízo de imputabilidade. Logo, não obstante seja evidente a influência da moral sobre as atitudes tomadas pelos indivíduos, não há comprovação científica robusta de que uma inteligência emocional deficiente lhes retire a liberdade de escolha¹⁶.

Adicionalmente, recorde-se que o “certo” e “errado” no Direito é normativo, com natureza imperativa e heterônoma, ou seja, independe da concordância pessoal do sujeito sobre o qual recai (Gonzalez-Tapia; Obsuth; Heeds, 2017, p. 12-13; nesse sentido: Savazzoni, 2019, p. 117; e Führer, 2000, p. 64), ainda que a discordância particular se origine de transtorno mental, como no caso do psicopata. A ilicitude do fato, portanto, não é subordinada a uma

¹⁶ Embora o problema do livre-arbítrio ainda seja tema de discussões jurídicas, entendemos o reconhecimento recíproco da liberdade de ação na sociedade, junto a Roxin, como um princípio sócio e politicamente razoável, uma convenção normativa. O autor, ainda, defende a tese de que, independentemente da existência de livre-arbítrio, o juízo de culpabilidade – inserido, por óbvio, o de imputabilidade – funda-se na aferição da idoneidade para ser destinatário das normas, feita por meio dos critérios intelectual e volitivo. Assim, o poder-agir de outro modo decorrente de tal aferição trata-se de uma atribuição normativa. Para mais detalhes, conferir: Roxin, 2008, p. 144-149.

interpretação ou introjeção moral particular por meio de uma inteligência emocional, mas é conteúdo a ser entendido racionalmente, algo plenamente possível ao psicopata (Godman; Jefferson, 2017, p. 14). Dessa maneira, o déficit emocional do portador de transtorno de personalidade psicopática não é fator que afaste sua imputabilidade.

3.2. O juízo de imputabilidade como a análise do confronto entre duas “personalidades” e a ausência deste quanto ao psicopata

Em estudo sobre o juízo de imputabilidade, o jurista Joe T. Velo nota que sua lógica se baseia na existência de duas “personalidades” criadas de modo fictício pela Psiquiatria Forense e aceitas pelo Direito, as quais o autor denominou em seu trabalho de personalidade n. 1 e personalidade n. 2. A primeira representa a racionalidade, o sujeito consciente e livre, enquanto a segunda representa a face oculta, comandada pela doença ou distúrbio mental que acomete o indivíduo, vencido pela sua condição biopsíquica e privado de sua liberdade de agir (Velo, 2013, p. 163-164).

Por essa via, o sujeito é inimputável quando a autoria da conduta ilícita é atribuída à personalidade n. 2, que deverá ser submetida a tratamento. Do mesmo modo, será semi-imputável quando somente houver interferência parcial da personalidade n. 2 sobre a n. 1 (Velo, 2013, p. 164-172)¹⁷.

Com isso, o juízo de imputabilidade é caracterizado como a análise do confronto entre ambas as personalidades, isto é, do confronto entre a consciência e a anormalidade psíquica, a fim de se determinar se, no momento da prática da conduta delitiva, o indivíduo encontrava-se acometido por doença ou perturbação mental. Tendo isso em vista, ao aplicar essa perspectiva ao portador de transtorno psicopático constata-se a confirmação de sua imputabilidade.

Tal assertiva se deve ao fato de o psicopata não possuir duas “personalidades” em conflito, mas uma única personalidade predisposta à irreverência a normas morais, sociais e legais. Em outros termos, a psicopatia não cria uma nova faceta ao seu portador, mas constitui fator estruturante na construção de seu modo de ser no mundo, o qual, somado a outros

¹⁷ O autor utiliza de tais categorias para tecer críticas a maneira como as medidas de segurança são aplicadas, argumentando que, em vistas de aprisionar e normatizar a personalidade n. 2, aliena-se e estigmatiza-se a personalidade n. 1 como “perturbada”, marcando-a permanentemente com um rótulo que obsta sua ressocialização após o tratamento e termina por furtar, novamente, sua liberdade.

elementos – como aspectos ambientais, sociais, genéticos, etc. – pode, ou não, conduzi-lo à prática de ato imorais e/ou criminosos¹⁸.

Portanto, através desse novo ângulo de análise do juízo de imputabilidade criminal, o psicopata também se revela como sujeito imputável, plenamente consciente dos atos que pratica e suas consequências, bem como plenamente capaz de se determinar em conformidade com isso.

CONCLUSÃO

A psicopatia é um transtorno de personalidade com características peculiares, que possui origem biopsíquica, caracterizada por problemas estruturais e funcionais no cérebro, especificamente na região relacionada à inteligência emocional e empatia. Isso gera ao portador traços egocêntricos e volta seu foco para realização de seus interesses pessoais, os quais podem levar o indivíduo à prática de condutas delitivas para concretizá-los. Contudo, tal efeito depende da interação da psicopatia com outros fatores, externos ou internos, capazes de moldar a personalidade e os comportamentos do indivíduo.

Por não ser uma doença mental, tampouco retirar de seu portador as capacidades intelectiva e volitiva, a psicopatia não deve ser tomada como causa de inimputabilidade ou semi-imputabilidade. O psicopata é plenamente capaz de entender a ilicitude do fato e se determinar conforme esse entendimento, nos moldes do art. 26 do Código Penal, de acordo com a tese levantada no início deste trabalho.

No entanto, deve-se atentar às hipóteses em que a psicopatia se apresenta em caráter de comorbidade com outras condições mentais que podem ocasionar a incapacidade de entendimento e/ou autodeterminação. Em face disso, ao analisar o caso concreto, o julgador deve observar se há nexo de causalidade entre essa outra condição, diversa da psicopatia – como, por exemplo, o desenvolvimento mental retardado –, e a prática do crime, de modo a aplicar a medida de segurança ou causa de diminuição de pena se necessário. Ressalte-se que esse juízo não se refere à psicopatia, mas à condição mental diversa que constitui doença ou

¹⁸ Cumpre lembrar dos casos dos psicopatas “pró-sociais”, como o caso do neurocientista James Fallon, exposto na primeira parte deste trabalho.

perturbação da saúde mental que interfere nas capacidades intelectivas e/ou volitivas do indivíduo.

Embora alguns autores defendam que o déficit emocional dos psicopatas os exime de responsabilidade moral e legal, haja vista que não seriam hábeis em distinguir normas morais, sociais e legais, verificou-se que tal argumento resta equivocado segundo pesquisas psiquiátricas, nas quais se constatou serem os psicopatas capazes de realizar essa distinção sem dificuldades, bem como foi identificado possuírem consciência das eventuais consequências de seus atos. Além disso, a ausência de um filtro ético durante a tomada de decisões não é fator determinante para a redução da liberdade do indivíduo, razão pela qual o juízo de imputabilidade não deve ser expandido a fim de se analisar a capacidade emocional do autor do crime.

Por fim, não se encontraram argumentos para afastar a imputabilidade do psicopata, sendo sujeito não dominado por seu transtorno, que é um traço de personalidade próprio, constituindo um modo de ser no mundo.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. O. de. **Da imputabilidade do psicopata**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

BLAIR, R. J. R. Psychopathy: cognitive and neural dysfunction. **Dialogues in Clinical Neuroscience**, 15:2, p. 181-190, 2013. DOI: 10.31887/DCNS.2013.15.2/rblair. Acesso em: 14 out. 2023.

BONVICINI, C. R. *et al.* PSICOPATIA: uma análise do tratamento da psicopatia no sistema penal brasileiro. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 28–47, 2021. DOI: 10.22289/2446-922X.V7N2A3. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/757>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no HC n. 525.070/MS.** AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. REQUISITO SUBJETIVO. NÃO PREENCHIMENTO. LAUDO PSICOSSOCIAL DESFAVORÁVEL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 24/9/2019, DJe de 4/10/2019.

BUSATO, P. C. **Direito penal:** parte geral. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CONSTITUTION OF THE WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1946. **WHO.** Disponível em: <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf?ua=1>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DOTTI, R. A. **Curso de direito penal:** parte geral. 6. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

DURAN, R. **O psicopata serial killer e a reação estatal:** entre a punição e a proteção social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

FÜHRER, M. R. E. **Tratado da inimputabilidade no direito penal.** São Paulo: Malheiros, 2000.

GALVÃO, F. **Direito penal:** parte geral. 13. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020.

GONZALEZ-TAPIA, M. I.; OBSUTH, I.; HEEDS, R. A new legal treatment for psychopaths? Perplexities for legal thinkers. **International Journal of Law and Psychiatry**, v. 54, 2017, p. 46-60. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2017.04.004>. Acesso em: 10 out. 2023.

GLENN, A. L., RAINE, A.; LAUFER, W. S. Is it Wrong to Criminalize and Punish Psychopaths? **Emotion Review**, v. 3 n. 3, 302-304, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/1754073911402372>. Acesso em: 14 out. 2023.

GODMAN, M.; JEFFERSON, A. On Blaming and Punishing Psychopaths. **Criminal Law and Philosophy**, v. 11, 127-142, 2017. <https://doi.org/10.1007/s11572-014-9340-3>. Disponível em: <https://www.repository.cam.ac.uk/items/b8de764f-a2ad-4e7b-9fc1-045f84da4977>. Acesso em: 14 out. 2023.

GUEDES, F. M. R. **Imputabilidade penal:** análises dos conceitos de compreensão e entendimento nos códigos penais brasileiro e argentino à luz das neurociências atuais. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

HECHT *et al.* The Psychological Treatment of Psychopathy. *In: Evidence-Based Psychotherapy: The State of the Science and Practice*, First Edition, p 271-298. Disponível em: <https://scottlilienfeld.com/wp-content/uploads/2021/01/9781119462996.ch11.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

LARSEN, R. R. Psycopathy Treatment and the Stigma of Yesterday's Reasearch. **Kennedy Institute of Ethics Journal**, v. 29, n. 3, 2019, p 243-272. DOI: <https://doi.org/10.1353/ken.2019.0024>. Acesso em: 10 out. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Agravo de Execução Penal 1.0145.13.002236-4/001**. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. LATROCÍNIO. MEDIDA DE SEGURANÇA. CONDENADO PORTADOR DE TRANSTORNO ANTISSOCIAL DE PERSONALIDADE. INEXISTÊNCIA DE TRATAMENTO PARA O TRANSTORNO DE PERSONALIDADE. MEDIDA DE SEGURANÇA APLICADA EM RAZÃO DE VÍCIO EM DROGAS E ÁLCOOL. REEDUCANDO PRESO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS AGUARDANDO VAGA EM HOSPITAL DE CUSTÓDIA. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE TRATAMENTO AMBULATORIAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 2ª Câmara Criminal, Relator: Des. Nelson Missias de Moraes, julgamento em 16/03/2017, publicação da súmula em 27/03/2017

MORANA, H. C. P. *et al.* Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers. **SciELO**, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000600005>. Acesso em: 12 out. 2023.

MUÑOZ-NEGRO, J.E.; MARTÍNEZ BARBERO, J.P.; SMITH, F. *et al.* The controversial relationship between neuroscience and moral responsibility in psychopaths. **Egypt Journal of Forensic Sciences**, v. 8, a. 40, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1186/s41935-018-0071-9>. Acesso em: 14 out. 2023.

PENTEADO FILHO, N. S.; GIMENES, E. V. **Manual Esquemático de Criminologia**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

PEREIRA, M. G. M.; SOUZA, M. V. O. de. Estratégias Comportamentais e Cognitivas no Tratamento da Psicopatia: uma revisão. **Brazilian Journal of Forensic Science Medical Law and Bioethics**, v. 9, n. 3, 2020, p. 245-281. DOI: [http://dx.doi.org/10.17063/bjfs9\(3\)y2020245](http://dx.doi.org/10.17063/bjfs9(3)y2020245). Acesso em: 12 out. 2023.

PEAY, J. Mentally Disordered Offenders, Mental Health and Crime. *In: MAGUIRE et al.* (org.). **The Oxford Handbook of Criminology**, 4. ed., 2007, Oxford University Press, p. 496-527.

QUEIROZ, P. **Curso de direito penal: parte geral**. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Agravo De Execução Penal 5006537-08.2022.8.19.0500**. 8ª Câmara Criminal. Relatora: Des(a). ELIZABETE ALVES DE AGUIAR, julgamento em 21/09/2022.

ROXIN, C. **A culpabilidade e sua exclusão no direito penal**. In: ROXIN, Claus. Estudos de Direito Penal 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SANTOS, R. S. C.; BRITO, M. H. C. Categorização da psicopatia: a interferência da inconsistência classificatória na aplicabilidade jurídica. **Revista de Direito**, [S. l.], v. 12, n. 02, p. 01–22, 2020. DOI: 10.32361/2020120210762. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/10762>. Acesso em: 12 de out. 2023.

SAVAZZONI, S. A. **Psicopatas em conflito com a lei**: cumprimento diferenciado de pena. Curitiba: Juruá, 2019.

VELO, J. T. **Teoria crítica do juízo de imputabilidade criminal**. Curitiba: Ed. UFPR, 2013.